

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



VIVÊNCIAS DA MATERNIDADE DURANTE A GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

MATERNITY LEADS DURING GRADUATION: A SYSTEMATIC REVIEW

Ailane Costa Vieira
Priscilla Bellard Mendes de Souza
Danielle Souza da Paixão Rocha
Universidade Federal do Pará - UFPA

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi compreender os desafios e que tipo de apoio social estudantes universitárias têm no seu dia a dia para conseguir concluir a graduação, tendo que conciliar a maternidade e a vida universitária. Trata-se de uma revisão sistemática, sendo o *corpus* artigos científicos identificados no Banco de Dados da Capes, utilizando-se os descritores gravidez AND estudante universitária; mães AND universitárias, sendo selecionados cinco artigos publicados entre os anos de 2009 a 2018. O auxílio da família, juntamente com a existência de creches universitárias, são alternativas de apoio emocional e estrutural para que as mães-acadêmicas consigam concluir a graduação. Conclui-se que as mulheres que se tornam mães durante a graduação estão mais propensas à desistência do curso.

Palavras-chave: Mães-universitárias. Apoio social. Evasão.

Abstract

The objective of this research was to understand the challenges and what kind of social support university students have in their daily life to achieve graduation, having to reconcile motherhood and university life. It is a systematic review, being the corpus scientific articles identified in the Capes Database, using the descriptors pregnancy AND university student; mothers AND university students, five articles published between the years 2009 and 2018 were selected. Family support, together with the existence of university day care centers, are alternatives for emotional and structural support for the academic mothers to complete graduation. It is concluded that women who become mothers during graduation are more likely to drop out of school.

Keywords: University mothers. Social support. Evasion.



1 Introdução

Há muitas pesquisas científicas que abordam aspectos relacionados à gravidez na adolescência (DADOORIAN, 2003; HOGA, BORGES, REBERTE, 2010; SANTOS et al., 2014), no entanto, ainda são poucos os estudos que investigam os desafios enfrentados por estudantes universitárias que engravidam no decorrer da graduação (FABBRO, 2006; RIBEIRO, 2016; BITENCOURT, 2017).

No Brasil, a legislação que ampara a estudante gestante, propiciando o seu afastamento na fase de gravidez é a Lei Federal de nº. 6. 202, de 17 de abril de 1975, a qual regulamentou o regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto nº. 1.044, de 21 de outubro de 1969. Apesar dessa legislação que ampara as mulheres estudantes grávidas existir há mais de 40 anos, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) ainda não a cumprem, deixando de assegurar os direitos das estudantes que se tornam mães (MENEZES et al., 2012).

De acordo com a referida Lei, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o parto, prazo que também pode ser estendido com atestado médico, a estudante em estado de gravidez e puerpério¹ poderá ser assistida pelo regime de exercícios domiciliares, podendo assistir aulas, realizar avaliações e cumprir com qualquer atividade acadêmica em sua própria casa com a tutoria de um profissional da sua instituição de ensino (BRASIL, 1975). O desconhecimento dessas informações por parte das estudantes e a omissão por parte de algumas IES, têm gerado consequências negativas, como o trancamento da matrícula, e/ou em situações mais extremas a evasão universitária (TABAK, 2002).

¹ O puerpério é definido como o período do ciclo gravídico-puerperal em que as modificações provocadas pela gravidez e parto no organismo da mulher retornam ao seu estado pré-gravídico, tendo seu início após o parto com a expulsão da placenta e término imprevisto, na medida em que se relaciona com o processo de amamentação (GONÇALVES, 2005).



Segundo pesquisa realizada em 2011 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), as mulheres representam 57,5% do corpo discente nas instituições de ensino superior federais, sendo também identificada a maior taxa de evasão feminina, ocorrendo principalmente em decorrência da licença maternidade (ANDIFES, 2011).

No que tange à problemática da evasão no contexto universitário brasileiro, eram raras as Instituições de Ensino Superior que possuíam uma assistência institucional profissionalizada de combate à evasão do curso (VELOSO; ALMEIDA, 2001; SILVA FILHO et. al, 2007). Este pode ser um reflexo da falta de políticas de permanência para o estudante, que prevaleceu até o ano de 2010, quando foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do Decreto 7.234 de 2010. Executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como objetivo ampliar as condições de permanência de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.

Das dez ações previstas no PNAES em seu art. 3º que deveriam ser implantadas para atenuar a evasão do estudante no ensino superior, está o auxílio creche, como mecanismo de suporte ao estudante universitário, o que pode viabilizar a possibilidade de permanecer estudando, sem evadir-se por não ter com quem deixar seu filho. Entretanto, passados oito anos da sua implantação, as ações do PNAES ainda não foram capazes de conter a evasão, considerando que as demandas do contingente de estudantes são maiores do que a verba disponibilizada para esse fim.

No estudo de Tabak (2002), o autor afirma que a evasão² universitária do sexo feminino muitas vezes está relacionada ao casamento não planejado, à gravidez no decorrer da graduação, ou ao nascimento de filhos. Este fato é mais comum entre aqueles

² Segundo a Comissão Especial a evasão pode ser definida em três modalidades: a) evasão do curso: quando o estudante se desliga do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixar de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (BRASIL, 1996, p. 16).



que possuem menos condições financeiras e/ou se encontram em situações de vulnerabilidade (TABAK, 2002).

Raupp (2002) afirma que nesse contexto, a implantação de creches universitárias poderia melhorar a qualidade de vida dessas mães-estudantes. O autor esclarece que no início da década de 1970, o movimento de luta por creches liderado pelo movimento feminista, inicialmente com o objetivo de atender os direitos da mulher trabalhadora com filhos em idade de amamentação, também impulsionou a criação de creches no interior das universidades, conhecidas também como Unidades de Educação Infantil (UEI), cujas primeiras unidades foram inauguradas em 1972.

Em 1986, a partir do Decreto nº. [93.408], de 10 de outubro de 1986, os servidores das universidades federais, tanto mulheres quanto homens, passaram a ter direito à creche no local de trabalho, tornando-se esse um direito trabalhista para os servidores de órgãos e entidades da administração federal. A partir da Constituição Federal de 1988, as creches universitárias começaram a assumir outras funções, como servir como campo de estágio, de observação e de pesquisas para diversos cursos da universidade, e passaram a ser estendidas aos estudantes, tornando-se um importante suporte social para mulheres servidoras ou estudantes universitárias que não têm com quem deixar seus filhos para assistir as aulas (RAUPP, 2002).

O Plano Nacional de Educação (PNE II) 2014/2024 tem por meta nº 1 universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, metade das crianças de zero a três anos até 2024. De acordo com o movimento Todos Pela Educação (TPE)³ a universalização da pré-escola ainda não foi concluída:

³Decreto-Lei nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007).



apenas 27,9% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos frequentavam creches, em 2013; em 2014, o índice subiu para 29,6%, índice bem longe de atingir a meta.

A falta de vagas em creches públicas é um problema recorrente, provocando enormes filas de espera em cidades de todas as regiões do país. Da mesma forma, a demanda é superior ao número de vagas também nas creches das universidades federais.

Em função da escassez de vagas em creches universitárias há um Projeto de Lei em tramitação na Câmara de deputados, que trata da criação de novas creches em universidades. De acordo com o Projeto de Lei n.º 7.187, de 2017, que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), deverá ser garantida a criação obrigatória de creches para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos, em cada um dos novos *campus* de Instituições Federais de Educação Superior que vierem a se instalar no país.

Segundo a Associação das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUUFEI) no Brasil há 26 Unidades de Educação em diversas universidades. Dessas, apenas 19 estão ligadas a ANUUFEI e ficam localizadas nos estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina, não havendo nenhuma unidade instalada na região norte do país.

A ANUUFEI tem como objetivo incentivar a participação das Unidades de Educação Infantil nas políticas de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino Superior, favorecendo a sua integração, valorização e defesa. Nesse sentido, as creches se configuram como um espaço de formação acadêmica e profissional, promovendo a produção e a socialização de conhecimentos.

Além desse tipo de suporte, Urpia e Sampaio (2009; 2011) destacam o apoio familiar à estudante grávida, seja ele por parte do cônjuge, dos pais, amigos ou por parte de qualquer membro próximo a essa gestante. As autoras indicam o apoio da família como sendo de total importância para a permanência da mãe-estudante na universidade, muito embora “as famílias também sejam tomadas de surpresa e buscam, apesar do



sofrimento diante da situação, encontrar ‘saídas’, apoiando a jovem que também vive um momento difícil” (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 34).

Justo (2000) também afirma que as primeiras reações da família ao saber da gravidez, causam um certo impacto negativo, principalmente por parte das mães das grávidas, causando à primeira vista um certo “abalo”, porém, depois de algum tempo são estas que geralmente dão o maior suporte na fase da gestação, e após o nascimento da criança. É a partir desse apoio e aceitação que a gestante poderá “reencontrar a estabilidade psicológica e familiar indispensável ao assumir dos cuidados pré-natais, ao amadurecimento próprio da maternidade e ao relacionamento precoce que se avizinha” (JUSTO, 2000, p. 113) o que influenciará positivamente a sua continuação com os estudos.

A motivação para a realização deste trabalho emergiu de inquietações da primeira autora ao perceber problemas vivenciados por colegas estudantes da graduação em decorrência da maternidade e a conciliação com os estudos. Nesse período, a primeira autora vivenciou o nascimento do primeiro filho, estando ainda na graduação.

Além do interesse pessoal por essa temática, entende-se que essa pesquisa apresenta relevância social, educacional e cultural, por referir-se às mulheres e as diversas funções que desempenham na sociedade, “pois além do trabalho fora de casa, as atividades acadêmicas e a maternidade ainda realizam rotina doméstica” (AMORIM, 2012, p. 7), o que pode lhes ocasionar sobrecarga física e emocional.

É nesse contexto de discussão que buscamos compreender os desafios que estudantes universitárias enfrentam no seu dia a dia para conseguir concluir a graduação, tendo que conciliar a maternidade e a vida universitária, assim como identificar que tipo de apoio social dispõem. Partimos da hipótese que as universitárias que se tornam mães no decorrer da graduação estão mais suscetíveis à desistência do curso. Dessa forma essa pesquisa é norteada pelo seguinte questionamento: Como conciliar a maternidade e a vida acadêmica, e quais desafios as mães universitárias enfrentam, e que tipo de apoio social elas têm?



2 Método

2.1 Procedimentos de busca

Essa pesquisa foi realizada por meio da revisão sistemática. Nesse tipo de pesquisa, a unidade de análise são os estudos primários selecionados através de método sistemático e pré-definido (CASTRO; SACONATO; GUIDUGLI; CLARK, 2002). Diante desse delineamento, foram realizadas buscas de publicações sobre a temática, considerando os seguintes aspectos: 1- definição dos descritores de busca: gravidez *and* estudantes universitárias; e mães *and* universitárias; 2- o recorte temporal compreendido entre os anos de 2009 a 2018 devido este trabalho ter como objetivo tratar de pesquisas mais recentes sobre esse assunto ; 3- definição da base de dados: Banco de Dados da Capes, pois reúne trabalhos nacionais e internacionais de relevância e confiabilidade no meio científico; 4-definição de critérios para composição do *corpus*: artigos científicos publicados em periódicos e revisados por pares, escritos em língua portuguesa; 5- aplicar os critérios de inclusão: trazer no título, resumo e /ou palavras-chaves o tema principal da pesquisa: mulheres que se tornam mães durante o curso superior; 6- justificar possíveis exclusões; 7- leitura na íntegra de artigos pré-selecionados, para descartar possíveis dúvidas sobre a sua relevância em relação aos critérios de seleção; 8- análise crítico-descritiva dos dados.

Foram realizadas duas buscas, cada uma utilizando o conjunto diferente dos descritores, sendo identificados 229 artigos.

2.2 Procedimentos de análise

Compuseram o *corpus* cinco artigos científicos publicados em periódicos. Esses artigos foram organizados e agrupados em seis categorias: ano, título, autores, quantidade de participantes, faixa etária das entrevistadas, e os resultados apresentados em cada artigo. Todas as categorias (com exceção da categoria resultados), foram



organizadas em dois quadros. A categoria resultados foi reagrupada em cinco subcategorias: dificuldades na conciliação maternidade-vida acadêmica; a desistência do curso; a falta de creches nas universidades; os sentimentos vivenciados por mães universitárias, e o apoio familiar como apoio fundamental.

3 Resultados

3.1 Caracterização dos estudos

No total, considerando as duas buscas, foram encontrados 229 artigos. Na primeira pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: “gravidez *and* estudantes universitárias”, sendo encontrados 122 resultados, dos quais 120 estavam em português e dois estavam em inglês, sendo estes descartados. Desses, 63 artigos tratavam de assuntos como: gravidez na adolescência, gênero feminino, entre outros, sendo assim excluídos porque o objetivo desta pesquisa foi tratar especificamente de mães universitárias. 32 artigos tratavam de teses, dissertações ou monografias, sendo descartados porque estes trabalhos não são indexados em periódicos, tampouco revisados por pares.

Os 25 artigos restantes foram analisados criteriosamente, sendo nove artigos excluídos, pois não estavam de acordo com recorte temporal de 2009 a 2018, outros 10 foram descartados por não conterem nos títulos, resumos e nem nas palavras-chave assuntos relacionados a “gravidez *and* estudantes universitárias”. Um artigo foi excluído porque se tratava de um artigo publicado em anais de evento científico. Após essas análises, foram necessárias leituras na íntegra dos cinco trabalhos restantes, pois ainda restavam dúvidas da sua relevância a respeito dos critérios de seleção, dois se adequavam aos critérios de busca estabelecidos (gravidez *and* estudantes universitárias), sendo estes selecionados.

Na segunda busca, foram utilizados os descritores “mães *and* universitárias”, sendo encontrados 107 resultados. Desses, um estava em espanhol e cinco em inglês, sendo estes descartados. Dos 101 artigos que estavam em português, 59 foram excluídos



por não estarem de acordo com o recorte temporal de 2009 a 2018. 22 artigos tratavam de teses, dissertações ou monografias, sendo esses também excluídos.

Dos 20 artigos restantes, apesar de em alguns haver alusão ao tema exposto nos seus títulos, ou nos resumos, ou nas palavras-chaves, ainda foi necessário uma leitura aprofundada sobre o conteúdo, pois deixavam dúvidas sobre o tema abordado, sendo 15 descartados, porque não continham elementos referentes a nossa pesquisa, dois artigos foram excluídos porque se tratavam de artigos publicados em seminários de eventos científico, critério de exclusão da nossa seleção, restando ao final 3 artigos.

Dessa forma, considerando as duas buscas, constituíram o *corpus* cinco artigos que foram organizados a partir de seis categorias: ano de publicação; título dos artigos; autores; número de participantes da pesquisa; faixa etária das participantes; e os resultados, sendo essa última categoria dividida em subcategorias.

A partir das categorias ano, título e autor (Quadro 1) foi identificado que no recorte temporal foi publicado somente um artigo em 2009 (A1), em 2012 (A2), em 2015 (A3), e dois artigos em 2017 (A4 e A5). O baixo número de publicações em periódicos nas duas últimas décadas indica que essa temática é incipiente no meio científico brasileiro. Não houve recorrência de publicação de autores. Quanto ao título, em todos os artigos referem-se a gravidez, estudante universitária e/ou a mães-universitárias de acordo com os critérios de seleção pré-definidos (Quadro 1):

Quadro 1 – Identificação dos artigos utilizados na pesquisa

Artigos	Ano	Título	Autores(as)
A1	2009	Tornar-se mãe no contexto acadêmico: Dilemas da maternidade-vida universitária	Urpia; Sampaio
A2	2012	Maternidade, trabalho e formação: Lidando com a e de deixar os filhos	Menezes et al.
A3	2015	Universitárias que foram mães na adolescência: Aspectos ociais e familiares para continuidade dos estudos	Silva et al.
A4	2017	Desafios vivenciados por mulheres universitárias de Mato Sul, que são mães, profissionais e donas de casa	Gonçalves; novoe



A5	2017	Vivência de mães na conciliação entre aleitamento e estudos universitários	Soares et al.
----	------	--	---------------

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Quanto aos participantes da pesquisa, e a faixa etária (Quadro 2), no total dos trabalhos analisados foram identificadas 208 universitárias, com idade entre 18 a 35 anos.

Quadro 2 – Quantidade de participantes e faixa etária

Artigos	Quantidade de participantes	Faixa etária
A1	4 alunas mães	19 a 25 anos
A2	20 alunas mães	19 a 29 anos
A3	171 alunas mães	18* a 19 anos
A4	5 alunas mães	23 a 34 anos
A5	8 alunas mães	18 a 35 anos

Fonte: Elaboração própria, 2018. *49 % das entrevistadas tiveram o seu primeiro filho com menos de 18 anos.

No artigo A1 foram entrevistadas quatro estudantes, que vivenciaram pela primeira vez a experiência da maternidade no percurso da formação universitária, com idade entre 19 e 25 anos.

As participantes da pesquisa A2 foram 20 mulheres, e apenas uma possuía dois filhos, enquanto o restante tinha apenas um filho, sendo que a metade das estudantes universitárias tinham filhos com idade menor que três anos. Quanto a idade das participantes variava entre 19 e 29 anos, o que coincide com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais cerca de 8,81% de mulheres com idade entre 19 e 29 anos que cursam o ensino superior, são mães de filhos com idade entre 0 e 4 anos (IBGE, 2009).

No artigo A3 foram identificadas 171 universitárias que se tornaram mães ainda na adolescência, 51% das participantes tinha idade entre 18 e 19 anos e 49 % tiveram o



seu primeiro filho com menos de 18 anos, dados que mostram uma realidade muito presente no Brasil e no mundo, adolescentes tendo filhos cada vez mais cedo, comprometendo a sua adolescência (que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 2º a define como sendo uma pessoa que tenha entre 12 e 18 anos de idade).

As participantes da pesquisa A4 haviam sido mães antes de iniciar a graduação, com idade entre 23 e 34 anos e com filhos entre 11 meses e 13 anos de idade. Embora a gravidez não tenha ocorrido na graduação não as isenta de terem dificuldades em conciliar os cuidados da maternidade e os estudos universitários, uma vez que, também possuem outras necessidades e obrigações a serem conciliadas, como a vida profissional e familiar.

No artigo A5 as participantes foram oito estudantes universitárias, com idade entre 18 e 35 anos, com filhos ainda em idade de amamentação na faixa etária entre quatro meses e dois anos, o que justifica por ser uma idade em que exige cuidados mais específicos por parte da mãe, revelando os desafios de conciliar as atividades acadêmicas depois do nascimento do filho.

Os principais resultados obtidos dos artigos revisados foram organizados nas seguintes categorias, utilizando como fundamentação autores identificados nos artigos pesquisados: dificuldades na conciliação maternidade-vida acadêmica; a desistência do curso; a falta de creches nas universidades; os sentimentos vivenciados por mães universitárias, e o apoio familiar como apoio fundamental.

3.2. Dificuldades na conciliação maternidade-vida acadêmica

Quando se refere aos desafios de conciliar as atribuições da maternidade e a condição de estudante universitária, em todos os trabalhos houve concordância que as dificuldades são diversas, e conseqüentemente interferem na qualidade da formação dessas futuras profissionais.



Urpia; Sampaio (2009); Silva et al. (2015); Menezes et al., (2012); Gonçalves; Ternovoe (2017) indicam alguns aspectos que comprometem o bom desempenho acadêmico das mães universitárias. A falta de apoio social por parte das instituições de ensino, a necessidade de suporte por meio de programas que mantenham a possibilidade de o aluno continuar cursando o ensino superior, são fatores indicados por Menezes et al. (2012).

Urpia; Sampaio (2009) destacam as relações de gênero, o próprio papel de esposa e o exercício da maternidade, como indicadores de que a sociedade ainda enxerga a mulher como principal responsável pelo cuidado com os filhos e com os trabalhos domésticos, muitas vezes sem nenhuma colaboração paterna no dia a dia, aumentando ainda mais a carga física e emocional, o que pode comprometer o seu desempenho acadêmico.

A falta de flexibilidade por parte das instituições nas quais essas mães estudam, com horários rígidos e regimentos que dificultam a conciliação entre a maternidade e as atividades acadêmicas, foram fatores indicados nos estudos de Gonçalves; Ternovoe, (2017). O aumento de responsabilidades, também foi citado, pois o fato de terem um bebê demanda prontidão constante da mãe estudante, além de outras responsabilidades como ser dona de casa, esposa, trabalhar fora, e ainda dar conta dos estudos (SILVA et al. 2015).

As questões financeiras também apareceram como fatores agravantes, pois o cuidado de toda criança requer uma condição econômica adequada que possa suprir suas necessidades do dia a dia (MENEZES et al., 2012). Outro fator identificado foi o excesso de trabalhos e estágios, porque além dessas atividades a estudante ainda tem que dar conta dos cuidados com o filho e das outras atividades acadêmicas ao mesmo tempo (MENEZES et al., 2012; GONÇALVES; TERNOVOE, 2017). Todas essas dificuldades vivenciadas pelas mães universitárias contribuem para um caminho mais cansativo na sua trajetória acadêmica, constituindo-se potenciais fatores de risco à



evasão desta mãe e interferindo na continuidade dos estudos e/ou na qualidade da aprendizagem dessas estudantes.

3.2.1. A desistência do curso

Após o nascimento do filho, muitas mulheres encontram a exaustão física e emocional, e no caso das estudantes universitárias acabam se ausentando das aulas por um certo período e depois não conseguem mais retomar as atividades acadêmicas (GONÇALVES; TERNOVOE, 2017).

Goncalves; Ternovoe (2017) relatam que “em algum momento, as mulheres universitárias haviam pensado em desistir do curso [...] alegando problemas pessoais que envolviam trabalho, família e saúde” (GONÇALVES; TERNOVOE. 2017, p. 136), havendo muitas dificuldades das mães em deixarem seus filhos em casa, sob o cuidado de outras pessoas, que muitas vezes os deixam chorando por sofrerem com a ausência da mãe (GONÇALVES; TERNOVOE, 2017).

Conciliar a maternidade com a vida acadêmica não é uma tarefa fácil, as transformações físicas e psicológicas durante a gravidez e as demandas de cuidados com o bebê fazem com que algumas mães optem por desistir do curso, para dedicarem-se exclusivamente à maternidade. Embora, Menezes et al. (2012) também afirmam que há aquelas que acreditam no potencial de administrar o seu tempo e todas as suas responsabilidades e mesmo com tantos desafios enfrentados, conseguem conquistar o tão sonhado diploma de nível superior, tendo como influência:

[...]as expectativas de melhora da renda familiar e de uma mudança de vida após a conclusão do curso universitário, funcionando como motivadores ao ingresso e continuidade no curso, aliado também ao fato de que a faculdade é vista, em alguns casos, como sonho a ser realizado (MENEZES et al., 2012, p.36).

De acordo com o Decreto 6202/75, o tratamento diferenciado à estudante gestante deve ser aplicado a partir do oitavo mês de gestação. Toda gestante tem direito a ficar 90 dias em casa sem precisar trancar a matrícula, bastando apresentar atestado



médico para garantir esse direito adquirido, o que notavelmente é desconhecido pela maioria das estudantes que engravidam durante a graduação, e que diminuiria sobremaneira os índices de evasão nesses casos em específico (GONÇALVES; TERNOVOE, 2017).

3.2.2. A falta de creches nas universidades

Autores como Urpia; Sampaio (2009), Menezes et al., (2012) e Soares et al., (2017) discutem sobre a relevância de creches nas universidades, como “um espaço de importância fundamental na vida dessas mulheres e crianças, dando suporte estrutural e, inúmeras vezes emocional para essas jovens mães, tendo esses espaços ainda pouca visibilidade nas instituições de ensino superior (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 39)”.

Urpia; Sampaio (2009) relatam que as creches universitárias

Enfrentam diversos problemas, desde as greves até as pequenas e grandes questões de seu cotidiano, como falta de equipamentos adequados, espaços pouco apropriados ou não adaptados às necessidades infantis, como as creches, redução do quadro de funcionários, demora na resolução de problemas, dentre outros. Revela-se, não raro, como um serviço de assistência com inúmeras fragilidades, o que resulta em apoio precário à comunidade estudantil que dela se beneficia ou poderia beneficiar-se (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 39).

Urpia; Sampaio (2009) asseguram que as unidades de educação infantil ou creches universitárias, se fossem um serviço de assistência estudantil, minimizariam grande parte dos problemas enfrentados por mães universitárias, em virtude de muitas delas não terem com quem deixar os seus filhos para assistir as aulas, pois

a possibilidade do acesso de seus filhos à creche surge, assim como um importante recurso no processo de conciliação maternidade-vida acadêmica, pois estas mães saberiam onde os filhos estariam, tendo a possibilidade de acesso sempre que possível, pois compartilhariam o mesmo espaço institucional (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 38).

Entretanto, esse apoio é negado à maioria dos estudantes universitários, uma vez que esse serviço não é ofertado em todas as universidades públicas do Brasil, conforme citado anteriormente.



3.2.3. Os sentimentos vivenciados por mães universitárias

As mulheres da atualidade desempenham diversos papéis na sociedade, tendo que se dividir entre ser mãe, trabalhar fora, ser dona de casa, esposa, e ainda dispor de tempo para os estudos. É durante o período da graduação em que encontram ainda mais dificuldades em conciliar tantas jornadas, uma vez que a universidade exige muita dedicação por parte dos estudantes, com elaboração de artigos, seminários, resenhas, pesquisas em geral, relatórios, leituras, entre outras responsabilidades (URPIA; SAMPAIO, 2009).

Diante deste contexto muitos sentimentos são apresentados como desafios na conciliação entre ser mãe e universitária. Menezes et al., (2012) enfatizam esses sentimentos, como: a) falta de motivação para os estudos em virtude das dificuldades decorrentes; b) medo e a culpa pela ausência e distância dos seus filhos no dia a dia; c) impotência e cobrança diante dos múltiplos papéis herdados pelas mulheres; d) estresse causado pela rotina agitada e sua interferência na relação mãe e filho e, e) remorso por inverter uma “ordem social” atribuída às mulheres, a sociedade estipula que a mulher deve primeiro cumprir etapas, na qual primeiramente se estuda, para depois constituir uma família com marido e filhos .

Menezes et al., (2012) destacam ainda o sentimento de preocupação e culpa por parte das mães universitárias por terem que se ausentar ainda durante o período de amamentação, tendo muitas vezes que interferir na alimentação, antecipando a introdução de alimentos que não o leite materno.

Soares et al., (2017) destacaram na sua pesquisa que a falta de um local adequado dentro das universidades voltado para as mães que têm filhos em idade de amamentação não incentivam para a sua continuidade, embora a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tenha aprovado, por meio da Portaria nº 193 de 23 de



fevereiro de 2010, as orientações para a instalação de salas de apoio ao aleitamento materno tanto em empresas públicas como em empresas privadas.

A auto cobrança por parte das mães universitárias é sem dúvida um dos principais desafios dessas mulheres, visto que além do papel de mãe e estudante, ainda têm que administrar a culpa gerada em ter que “deixar” os filhos para estudar.

3.2.4. Apoio familiar como suporte fundamental

As adversidades acerca da maternidade iniciam logo após a descoberta da gravidez e, quando não planejada, os desafios se tornam ainda maiores. Assim, como destacam Urpia e Sampaio (2009)

Uma gravidez é sempre uma “interrogação” na vida de toda e qualquer mulher, mesmo para aquelas que possuem uma boa condição financeira. [...] . Como vou conciliar minhas atividades com as necessidades do bebê? [...]. No caso da jovem que é universitária e que não planejou tornar-se mãe naquele período de sua vida, as interrogações e apreensões parecem muitas; afinal, toda a sua rotina irá mudar a partir daquele momento (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 34).

Em meio a tantas mudanças que essas jovens enfrentam com a chegada de um filho, o apoio da família é primordial para que esse momento de adaptações seja vivenciado com mais facilidade. Na maioria dos casos quando a jovem decide levar adiante a gravidez, é na família que encontra o apoio principal, por meio do auxílio no cuidado com a grávida, e depois com o bebê, sendo em muitos casos também a família a principal responsável pelo suporte emocional e financeiro. Na volta à rotina da universidade, geralmente é algum membro da família (avós, pais, tios), principalmente as avós, que cuidam da criança para que a mãe estudante consiga dar continuidade aos estudos.

No trabalho de Silva et al., (2015) são enfatizadas algumas transformações no cotidiano dessas universitárias quando recebem a notícia da gravidez. Dentre os aspectos identificados pelos autores, a desestruturação familiar é uma das principais mudanças negativas, e que causa muita fragilidade a algumas mães universitárias. É



comum que alguns cônjuges ou companheiros ao serem comunicados da sua paternidade não saibam lidar com a informação e acabam desistindo do relacionamento, deixando de dar apoio a mulher, o que pode ocasionar o seu afastamento da graduação, e ainda tendo que enfrentar os reais desafios desse processo gerados pela chegada da maternidade (SILVA et al., 2015).

Outros fatores listados pelos autores foram a perda da adolescência, por ter que deixar a sua vida de lado e se voltar completamente para o cuidado com o filho; o ganho abrupto de responsabilidade, que passa a ser mais exigida; adiamento do curso, porque muitas vezes é necessário adiar algumas disciplinas em função do nascimento do filho e nem sempre essas estudantes conseguem voltar a estudar, resultando em evasão universitária.

4 Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi compreender os desafios que mães universitárias enfrentam para conseguir levar adiante os estudos, considerando a necessidade em conciliar a maternidade e a vida universitária, assim como saber que apoio social recebem.

A hipótese de que as universitárias que se tornam mães no decorrer da graduação estão mais suscetíveis à desistência do curso, se não dispõem de apoio necessário, foi confirmada nos estudos revisados.

Os sentimentos como, falta de motivação, impotência e cobrança, estresse, medo e culpa em deixar os filhos sob os cuidados de outras pessoas, constituem os principais desafios psicológicos e emocionais enfrentados por mães estudantes.

No âmbito institucional, os estudos sugerem que a existência de unidades de educação infantil ou creches no interior das universidades é um importante apoio para uma melhor conciliação entre a maternidade e os estudos acadêmicos, uma vez que amenizaria a preocupação em não ter com quem deixar o filho para assistir as aulas.



Apesar da existência de estratégias legais de apoio às mães universitárias, como a licença maternidade, e o auxílio creche, é necessário que essas informações sejam garantidas a estas mulheres de uma forma que tenham mais acesso a esses direitos.

Embora o tema seja de total relevância para debates da atualidade, os estudos acerca dessa temática são limitados. São necessárias novas pesquisas envolvendo outras abordagens e metodologias que possibilitem novos resultados. Além de políticas públicas voltadas para a permanência de mães na graduação e sobre estratégias de fomento para discussão sobre evasão no ensino superior.

Referências

AMORIM, Teresa Cristina Sousa. A formação acadêmica das mães universitárias do campus Clóvis Moura: Um olhar para a qualidade. In: **FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA**, 4., 2012, Parnaíba: REALIZE Editora, 2012. p. 03 – 10.

ANUUFEL. **Listagem das Creches Universitárias do Brasil associadas a ANUUFEL. 2013**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/anuufel/?cat=4>> Acesso em: 01 de maio de 2018.

ANDIFES. **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior**. Homepage. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BITENCOURT, Silvana Maria. Maternidade e Universidade: desafios para a construção de uma igualdade de gênero. In: **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**, 41., 2017. Caxambu: ANPOCS, 2017. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt13-17/10724-maternidade-e-universidade-desafios-para-a-construcao-de-uma-igualdade-de-genero/file>>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Decreto nº.7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 28 de março, 2018.



_____. **Decreto nº.93.408, de 10 de outubro de 1986.** Dispõe sobre a instituição de creches e demais serviços de assistência pré-escolar, para os filhos de servidores dos órgãos e entidades da Administração Federal, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 out. 1986. Seção 1, p. 15505.

_____. **Decreto nº.6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (TPE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em 10 de maio, 2018.

_____. **Lei nº.6.202, de 17 de abril de 1975.** Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares: instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6202.htm>. Acesso em: 12 março, 2018.

BRASÍLIA. **Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Complementar PLC 7187/2017.** Altera a Lei Complementar nº.9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2126450>>. Acesso em: 17 maio, 2018.

CASTRO, A., SACONATO, H., GUIDUGLI, F., CLARK, O.A.C. (2002). **Curso de revisão sistemática e metanálise** [Online]. São Paulo: LED-DIS/UNIFESP. Acesso em 09 de outubro de 2017, disponível em: <<http://www.virtual.epm.br/cursos/metanalise>>.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v.23, n.1, março, 2003, p. 84-91.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani. **Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade.** 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Andre Cunha. A puérpera e o recém nascido em alojamento conjunto. In: Oliveira Dora Lúcia, organizadora. **Enfermagem na gravidez, parto e puerpério: notas de aula.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS; 2005. p. 367-86.

GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaina dos Santos. Desafios Vivenciados por Mulheres Universitárias de Mato Grosso do Sul, que são Mães, Profissionais e Donas de Casa. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 8, n. 2, ago-dez, 2017, p. 116-142.



HOGA, Luiza Akiko Komura; BORGES, Ana Luiza Vilella; HEBERTE, Luciana Magnoni. Razões e reflexos da gravidez na adolescência: Narrativas dos membros da família. Escola Anna Nery **Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan-mar, 2010, p. 151-157.

JUSTO, João. Gravidez adolescente, maternidade adolescente e bebês adolescentes: Causas, consequências, intervenção preventiva e não só. **Revista portuguesa de psicossomática**, Porto, Portugal, v. 2, n. 2, 2000, p. 97-147.

MENEZES, Rafael de Souza et al. Maternidade, trabalho e formação: Lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 20, n. 21, 2012, p. 23-47.

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches Universitárias Federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação & Sociedade**. [online]. Campinas, v. 25, n. 86, abril, 2004, p. 197-217. Disponível em: <<https://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BRASIL. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria n.º 193, de 23 de fevereiro de 2010**: orienta a instalação de salas de apoio à amamentação em empresas públicas ou privadas e a fiscalização desses ambientes pelas vigilâncias sanitárias locais [norma na Internet]. Diário Oficial da União (23/10/2010). Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br>> Acesso em: 12 mar. 2018.

RIBEIRO, Flavia Gripp. **Mães estudantes**: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB. 2016. 63 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, Carolina Carbonell; WILHELM Laís Antunes; ALVES, Camila Neumaier et al. A vivência da gravidez na adolescência no âmbito familiar e social. **Revista de enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria**, vol. 4, n. 1, p. 105-112, jan-mar, 2014.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MONTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar et al. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. v. 37 n. 132, set-dez, 2007, p. 641-659.

SILVA, Betânia Eneida de Moraes et al. Universitárias que foram mães na adolescência: aspectos pessoais, sociais e familiares para continuidade dos estudos. **Revista Investigaçã**o: Ciências da saúde. São Paulo, v. 14, n. 2, 2015, p. 149-153.



SOARES, Lorena Sousa et al. Vivências de mães na conciliação entre aleitamento materno e estudos universitários. **Revista Avances en Enfermería**. Granada, Espanha, v. 35, n. 3, junho, 2017, p. 284-292.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

URPIA, Ana Maria de Oliveira.; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: dilemas da conciliação maternidade – vida universitária. **Revista Recôncavos**, v. 3, n. 2, nov, 2009, p. 30-43.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**[online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 146-168. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar.; ALMEIDA, Edson Pacheco. Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: Um Processo de Exclusão. **Revista Série – Estudos**. Campo Grande, v. 1, n. 13, jan-jun, 2002, p. 133-148.

Sobre as autoras

Ailane Costa Vieira

Pedagoga pela Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário de Altamira/PA. E-mail: ailane.costa@hotmail.com

Priscilla Bellard Mendes de Souza

Doutora em Psicologia e professora da Faculdade de Educação da UFPA/ Campus de Altamira. E-mail: pribellard@gmail.com

Danielle Souza da Paixão Rocha

Pedagoga pela Universidade Federal do Pará. E-mail: danielle.guka@hotmail.com

Recebido em: 22/08/2018

Aceito para publicação em: 17/09/2018